

Associação Moçambicana de Juízes destaca importância de investigação e exposição de casos de corrupção em Cabo Delgado

-Com todas as atenções viradas para o combate ao terrorismo, o combate à corrupção foi relegado para o segundo plano na província



O Centro de Integridade Pública (CIP) prosseguiu esta terça-feira, 14 de fevereiro, com a capacitação de jornalistas e activistas das organizações da sociedade civil de Cabo Delgado em matérias de combate

à corrupção. A formação decorreu na cidade de Pemba, juntando 15 jornalistas e 02 activistas provenientes da cidade de Pemba e dos distritos de Montepuez, Chiúre, Nangade, Moeda e Mecúfi.

Os formandos estão a ser dotados de conhecimentos sobre a investigação de casos de corrupção, monitoria das fases de processos judiciais sobre a corrupção, reporte dos casos de e advocacia para a responsabilização dos implicados nos crimes de corrupção.

A Associação Moçambicana de Juízes (AMJ), parceira do CIP na luta contra a corrupção, demonstrou mais uma vez o seu comprometimento com a iniciativa, fazendo-se representar através da Meritíssima Juíza Judith Abdul. Na sua intervenção, a magistrada começou por saudar o CIP pela iniciativa de

capacitar jornalistas e activistas da sociedade civil de Cabo Delgado em matérias de prevenção e combate à corrupção.

“Como todos sabemos, Cabo Delgado vive uma situação atípica de ataques armados e essas matérias de combate à corrupção foram relegadas para o segundo plano”, Juíza Judith Abdul. “Esperamos que a formação tenha efeitos multiplicadores e seja disseminada a vários níveis”, afirmou a representante da AMJ.



No âmbito da parceria que tem com o CIP, a AMJ reiterou o seu compromisso de continuar a trabalhar para reduzir os níveis de corrupção no País. Aos participantes, a Juíza Judith Abdul apelou para que tirem o maior proveito desta capacitação para, no final, “produzirem conclusões e recomendações para a promoção da ética nas instituições do Estado e para a boa gestão de coisa pública”.

Durante a formação houve várias intervenções dos formandos relatando casos de falta de transparência na contratação de empreitadas e serviços, sobretudo nos sectores da saúde e educação, situações que podem dar origem a casos de corrupção e violação da lei de probidade pública.

As formações são ministradas por pesquisadores do CIP e fazem parte do Programa de Combate à Corrupção implementado pelo CIP, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e financiado pela União Europeia (UE).

Parceiros:

"Este documento foi feito com o apoio financeiro da União Europeia, através da AECID. As opiniões nele expressas não representam necessariamente a opinião da União Europeia ou da AECID."

